

# Dinâmica do Mercado de Trabalho Metropolitano no Brasil Pós Anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente?<sup>1</sup>

*José Aldemir Freire<sup>2</sup>*

Palavras-Chave: mercado de trabalho, regiões metropolitanas, anos noventa

## Resumo

Inúmeros estudos produzidos ao longo dos anos 90 e início da década atual apontaram para uma crescente precarização do mercado de trabalho brasileiro ao longo daquela década. Todavia, textos recentes produzidos por órgãos oficiais do Governo (IPEA, Banco Central e Ministério do Trabalho) têm apontado para uma crescente capacidade da economia – após a desvalorização cambial ocorrida em 1999 – em gerar mais ocupações e ocupações com carteira assinada. Já é um relativo consenso que parte dessa capacidade deve ser creditada ao interior do país – ou seja – são basicamente as regiões não-metropolitanas que estão apresentando essa melhor dinâmica, tendo os dados da PNAD e do CAGED as fontes principais para comprovar esse crescimento. O objetivo do presente trabalho é, de um lado, verificar até que ponto essa nova dinâmica pós anos 90 também se aplica às principais regiões metropolitanas brasileiras. De outro, vamos identificar a existência de sub-períodos na história recente do mercado de trabalho metropolitano. Além disso, procuramos identificar se o ritmo das mudanças atuais no mercado de trabalho é adequado para a reversão da precarização vivida na década anterior. Nossa análise inicia-se em princípios de 1991 e vai até o final de 2005 e tem como fontes de dados a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE. Demonstramos ao longo do trabalho que com a desvalorização cambial no final da década e a entrada do novo regime macroeconômico, conforme já sinalizado por vários trabalhos, o mercado de trabalho brasileiro passou por uma melhora, com o ritmo de expansão das ocupações se acelerando e tornando-se menos instável. Além disso, na presente década, para cada ponto percentual de crescimento do PIB o crescimento das ocupações é maior do que na década de 90. Em complementação a esse cenário as ocupações com carteira assinada reverterem sua trajetória de queda e passa a crescer o número de trabalhadores com registro do emprego. O resultado é que o índice mensal de precariedade do mercado de trabalho metropolitano – que construímos à partir de indicadores de crescimento das ocupações, população desempregada e taxa de desemprego e nível de formalidade do mercado de trabalho – muda a direção de sua linha tendencial. A partir de então o mercado de trabalho deixa de apresentar uma tendência de crescente precariedade, melhora um pouco quando comparado com o final dos anos 90 e depois se estabiliza. Essa melhora do indicador sintético de precariedade do mercado de trabalho metropolitano confirma que de fato a situação desse mercado na presente década é melhor do que na década passada, mas aponta para o fato de que essa melhora foi pequena, está estagnada e que talvez o principal ganho tenha sido o fato de que o mercado deixou de apresentar uma precarização crescente. Todavia, alertamos para o fato de que o atual ritmo de crescimento da economia, ainda baixo e volátil, não parece suficiente para uma redução mais robusta do nível da precariedade do mercado de trabalho brasileiro.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Economia Política, promovido pela Sociedade Brasileira de Economia Política e ocorrido na cidade de Vitória/ES, de 13 a 16 de junho de 2006.

<sup>2</sup> Economista. Analista Sócio-Econômico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

## Abstract

Innumerable studies produced to long of 90 years and the beginning of the current decade had pointed to an increasing steady of the Brazilian work market to the long one of that decade. However, recent texts produced by official agencies of the Government (IPEA, Central Banking and Ministry of the Work) have pointed to an increasing capacity of the economy in generating more occupations and formal occupations after the cambial depreciation in 1999. Already is a relative consensus that part of this capacity must be credited to the interior of the country - or either - is basically the regions not-metropolitans who are presenting this better dynamic, where the data of the PNAD and the CAGED are the principal sources to prove this growth. The objective of the present work is, of a side, to verify until point this new dynamics after years 90 also applies to the main regions Brazilian metropolitans. Of another one, try to identify the existence of sub-periods in the recent history of the metropolitan work market. Moreover, we look for to identify if the rhythm of the current changes in the work market is adjusted for the reversion of the unstable occurrence in the last decade. Our analysis is started in 1991 principles, and goes until the end of 2005, and has a datas of the Monthly Research of Work (PME) of the IBGE. We demonstrate to the long of this studies that with the cambial depreciation in the end of the decade and the entrance of the new macroeconomic regimen, as already signaled for some scientific studies, the Brazilian work market passed for an improvement, with the rhythm of expansion of the occupations if speeding up and becoming less unstable. Moreover, in the present decade, for each percentile point of growth of the PIB the increase of the occupations is more bigger than last decade. In complementation this scene the occupations with signed wallet revert its trajectory of fall and start to grow the number of workers with register of the job. The result is that the monthly index of precariousness of the market of metropolitan work - that we construct leaving of pointers of growth of the occupations, dismissed population and tax of unemployment and level of formality of the market of work - dumb the direction of its tendencial line. From now on the work market leaves to present a trend of increasing precariousness, improves a little when comparative with the end of years 90 and later if it stabilizes. This improvement of the synthetic pointer of precariousness of the market of metropolitan work confirms that of fact the situation of this market in the present decade is better of the one than in the passed decade, but points with respect to the fact of that this improvement was small, is estagnada and that perhaps the main profit has been the fact of that the market left to present an increasing precarização. However, we alert for the fact of that the current rhythm of growth of the economy, still low volatile e, does not seem enough for a more robust reduction of the level of the precariousness of the market of Brazilian work..

## Introdução

Inúmeros estudos produzidos ao longo dos anos 90 e início da década atual apontaram para uma crescente precarização do mercado de trabalho brasileiro ao longo daquela década. Crescentes taxas de desemprego e aumento da informalidade eram apontadas como indicadores básicos dessa precarização. Para alguns estávamos entrando em uma nova era da economia, onde o crescimento do produto se daria sem a geração de empregos. Diante desse quadro os trabalhadores tinham que recorrer à informalidade – geralmente em trabalhos no setor terciário, de baixa produtividade e por conta própria.

Todavia, textos recentes produzidos por órgãos oficiais do Governo (IPEA, Banco Central e Ministério do Trabalho) têm apontado para uma crescente capacidade da economia em gerar mais ocupações e ocupações com carteira assinada. Já é um relativo consenso que parte dessa capacidade deve ser creditada ao interior do país – ou seja – são basicamente as regiões não-metropolitanas que estão apresentando essa melhor dinâmica, tendo os dados da PNAD e do CAGED as fontes principais para comprovar esse crescimento.

O objetivo do presente trabalho é, de um lado, verificar até que ponto essa nova dinâmica pós anos 90 também se aplica às principais regiões metropolitanas brasileiras<sup>3</sup>. De outro, vamos identificar a existência de sub-períodos na história recente do mercado de trabalho metropolitano. Além disso, procuramos identificar se o ritmo das mudanças atuais no mercado de trabalho é adequado para a reversão da precarização vivida na década anterior. Nossa análise inicia-se em princípios de 1991 e vai até o final de 2005 e tem como fontes de dados a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

O texto apresenta, além dessa introdução, mais cinco tópicos e as considerações finais. No primeiro apresentamos as principais transformações da economia brasileira no início dos anos 90, com destaque para o processo de abertura comercial e financeira, o Plano Real, a valorização cambial pós-Plano Real e a desvalorização de 1999 com a introdução do regime de metas de inflação, superávites primários e câmbio livre; no segundo tópico nós identificamos ciclos de expansão, estagnação e retração na geração de ocupações nas Regiões Metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE; na terceira parte avaliamos a dinâmica do desemprego, identificando a evolução do quantitativo de desempregados e também da taxa; no tópico seguinte abordamos a taxa de formalização do mercado de trabalho metropolitano; no último item construímos um índice mensal de precariedade do mercado de trabalho das Regiões

---

<sup>3</sup> Regiões Metropolitanas Analisadas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Metropolitanas Brasileira, ajustando-o para ser capaz de dar conta da mudança metodológica introduzida pela nova PME a partir de 2002. Assim, tal índice foi feito para cada mês desde janeiro de 1991 e foi adotada uma regra para compatibilizar a metodologia antiga da PME com a nova, formando, desse modo, o atual “grau” de precariedade do mercado de trabalho comparado com o vigente no início dos anos 90.

O texto aponta para o fato de que, de fato, a dinâmica do mercado de trabalho metropolitano melhorou quando comparado com o daquela década. O ritmo de geração de novas ocupações se intensificou, o montante de trabalhadores com carteira assinada parou de cair e voltou a crescer, a taxa de formalização se estabilizou, a taxa desemprego, apesar de elevada apresenta declínio nos últimos anos e o índice sintético de precariedade parou de cair, indicando que a precariedade não está mais crescendo e que até reduziu-se um pouco quando comparado com fins dos anos 90.

Todavia, os patamares da precariedade estão em níveis bastante superiores ao do início dos anos 90. Portanto, a dinâmica mudou, mas ainda estamos longe de resgatar as perdas incorridas nos anos 90 e somente com ritmo de crescimento nunca inferior a 3% ao ano e mantidos por um período de tempo razoável, é que seremos capazes de recompor um mercado de trabalho mais favorável aos trabalhadores do que o mercado atual, embora reconhecendo que no momento ele apresente-se melhor do que nos anos 90.

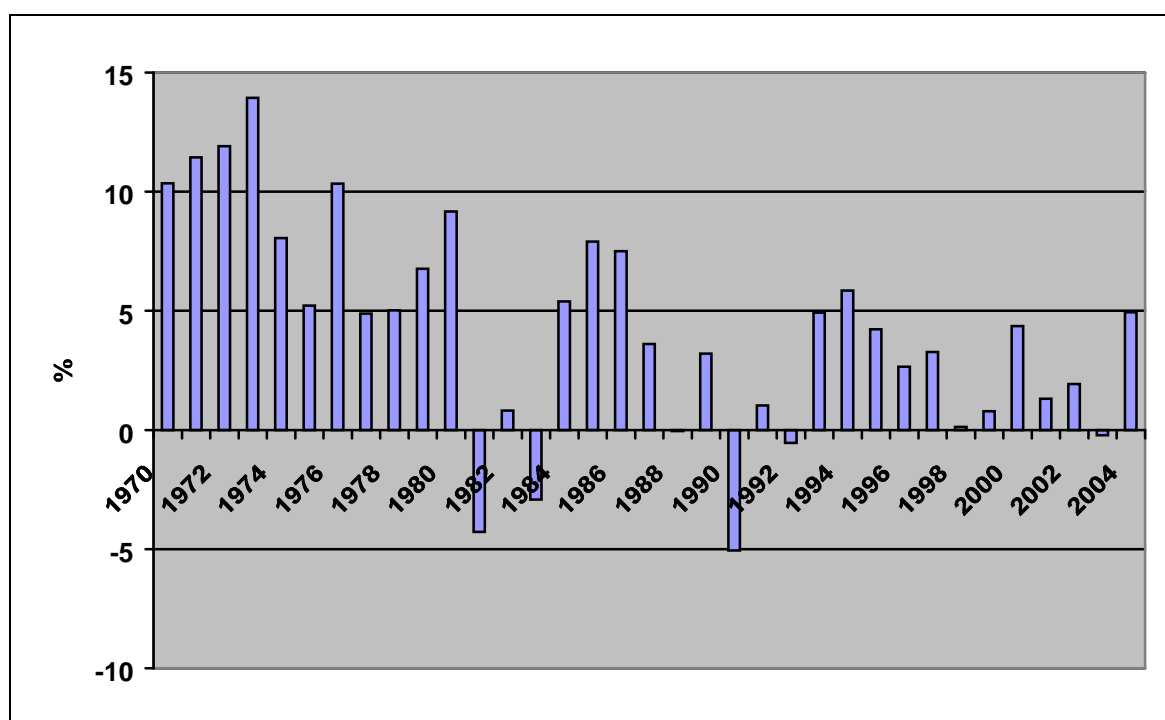
## 1. Transformações econômicas e mercado de trabalho no Brasil pós-1990

A economia brasileira, a partir do início dos anos 90, foi marcada por dois importantes acontecimentos: o primeiro deles foi uma maior abertura da economia, tanto do ponto de vista comercial – com redução expressiva de barreiras tarifárias e não-tarifárias à entrada de bens e serviços no país – quanto do ponto de vista financeiro – com a eliminação de algumas restrições aos movimentos de capital; o segundo acontecimento foi a implantação, em 1994, do Plano Real, que logrou debelar um processo hiperinflacionário que já durava mais de uma década.<sup>4</sup>

Esses dois acontecimentos, aliados a uma mudança no escopo da intervenção estatal na economia – cuja modificação mais expressiva foi o amplo processo de privatizações ocorridas ao longo da década – marcaram decisivamente o comportamento macroeconômico do país, as estratégias empresariais e, conseqüentemente, a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil.

Do ponto de vista do comportamento macroeconômico – a despeito da maior abertura comercial e financeira da economia brasileira, da privatização de amplos setores até então estatais, do retorno do fluxo de capitais externos para o país, da modernização dos mais diversos setores produtivos e da estabilidade dos preços – o Brasil não conseguiu ingressar num novo ciclo de crescimento econômico sustentável.

Gráfico 01: Brasil – Taxa de Crescimento Real do PIB



Fonte: FGV, Conjuntura Econômica, Novembro/2005.

<sup>4</sup> Para uma análise da economia brasileira e do mercado de trabalho no período pós-1990 sugerimos as seguintes leituras: BELUZZO & ALMEIRA (2002), CARNEIRO (2002), CANO (2000), GONÇALVES (1999), RAMOS & BRITO (2004), MONTAGNER (2003), RAMOS, (2002), SOARES, SERVO & ARBACHE (2001) e SALM (2004), SABOIA (2005).

Conforme podemos ver no gráfico acima, os anos 90 foram marcados não só por baixas taxas de crescimento econômico, mas também por uma acentuada volatilidade.

No que diz respeito às estratégias empresariais, as mesmas foram fortemente impactadas nesse período de análise, pelo processo de abertura comercial e financeira, pela estabilização dos preços pós-Plano Real, pela sobrevalorização cambial verificada entre 1994 e 1998 e por uma maior desnacionalização da economia do país em função de uma maior entrada de Investimentos Externos Diretos (IED) no decorrer da década – conforme Gonçalves (1999) tal expansão do capital estrangeiro sobre o setor produtivo nacional foi feito através, de um lado, de fusões e aquisições e, de outro, mediante o processo de privatização.

A abertura comercial e a sobrevalorização cambial pós-Plano Real impuseram às empresas brasileiras o caminho da modernização tecnológica e gerencial. Essa modernização era necessária para o enfrentamento da concorrência oriunda da importação de produtos estrangeiros e da expansão do capital internacional no setor produtivo brasileiro.

O baixo e volátil crescimento econômico do período, o processo de abertura e sobrevalorização cambial, as privatizações e a maior presença do capital estrangeiro no parque produtivo brasileiro, foram fatores determinantes, por sua vez, do desempenho do mercado de trabalho brasileiro.

A volatilidade e a mediocridade do crescimento econômico do período foram determinantes na medida em que baixo crescimento e oscilações acentuadas do mesmo, não são exatamente fatores que estimulam a geração de emprego, sobretudo quando se leva em consideração que o contingente de pessoas que ingressam anualmente na faixa etária produtiva é significativa.

A abertura econômica e a sobrevalorização cambial, por sua vez, foram, também, elementos decisivos para o comportamento do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. A abertura comercial pela qual passou o Brasil no decorrer desse período foi rápida e abrangente e impactou o mercado de trabalho através de dois canais: de um lado mediante a entrada de produtos importados e, de outro, através do aumento da produtividade do trabalho.

Segundo **Soares, Servo & Arbache (2001)**, o Brasil em 1987 praticava uma tarifa média de importação, ponderada pelo valor adicionado, de 67,8%, reduzindo para 37% em 1990 e para apenas 10,4% em 1995. O resultado dessa abertura comercial para o mercado de trabalho no Brasil, conforme simulações efetuadas por **Maia (2001)**<sup>5</sup>, foi que a economia brasileira deixou de gerar, entre 1985 e 1995, aproximadamente 5,4 milhões de postos de trabalho. Destes, 1,6 milhão foi perdido em função da concorrência de produtos importados, enquanto os outros 3,8

milhões foram perdas decorrentes de mudanças tecnológicas.

Em outros termos, em função da rápida e acentuada abertura comercial vivida pelo Brasil entre fins dos anos 80 e meados da década de 90, a economia brasileira deixou de gerar mais de cinco milhões de postos de trabalho, dos quais 70% deixaram de ser gerados em função de mudanças tecnológicas que, de um lado, reduziram a demanda por bens intermediários necessários para a produção e, de outro, elevaram a produtividade do trabalho. Os outros 30% de perda foram decorrentes da entrada de produtos importados, sobretudo de bens de consumo e bens intermediários.

Após a implantação do Plano Real, adicionando-se as pressões da abertura comercial, o país viveu um período de forte sobrevalorização cambial entre 1994 e 1998. Essa sobrevalorização cambial teve, no contexto da estratégia de estabilidade monetária adotada pelo Plano, o papel chave de manter uma pressão sobre os produtores do país, no sentido de inviabilizar qualquer tentativa dos mesmos de promoverem remarcações acentuadas de preços, num contexto de rápida expansão da demanda ocasionada, nos primeiros anos do Plano Real, pelos efeitos do fim do imposto inflacionário e pelas melhores condições de crédito.

Além disso, na interpretação dos mentores e gestores do Plano nessa fase, tal sobrevalorização imporia ao empresariado brasileiro a necessidade de uma maior modernização produtiva e gerencial de suas empresas, fator necessário para o aumento da competitividade do país no cenário internacional no longo prazo.

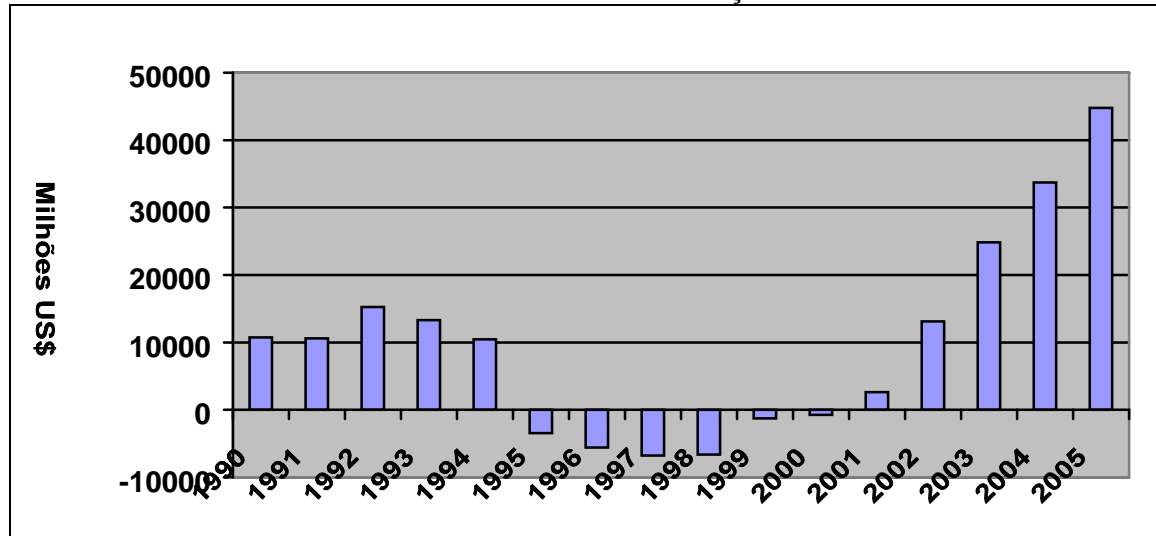
Tal sobrevalorização foi garantida, de um lado, em função da grande abundância de capital no mercado financeiro internacional, bem como de uma redução da aversão ao risco nesses mercados e, de outro, de uma política econômica interna que matinha as taxas de juros em patamares relativamente elevados, oferecendo assim aos financistas internacionais taxas de juros significativamente superiores às aquelas praticadas nos países de economias centrais.

O efeito mais expressivo dessa sobrevalorização cambial, que veio se adicionar à abertura comercial do país, pode ser facilmente visualizados no gráfico seguinte, que demonstra a significativa reversão do saldo comercial brasileiro no período de vigência do real sobrevalorizado.

---

<sup>5</sup> Citado por Soares, Servo & Arbache (2001).

Gráfico 02: Brasil – Saldo da Balança Comercial



Fonte: FGV, Conjuntura Econômica, Novembro/2005.

Um outro fator determinante do desempenho do mercado de trabalho brasileiro nesse período foi o processo de privatização e de internacionalização da economia nacional. A dimensão desse processo pode ser facilmente constatada nos seguintes dados: segundo a **Revista Exame Melhores e Maiores/2002**, em 1990, do volume de vendas das 500 maiores empresas do país, as estatais respondiam por 26,2%, as empresas privadas nacionais respondiam por 42,8% e as estrangeiras ficavam com os outros 31%. No ano de 2001, por sua vez, as empresas estatais tinham apenas 19,7%, as empresas privadas nacionais com 34,5% e as estrangeiras abocanhavam 45,8% das vendas.

Essa privatização e essa desnacionalização das grandes empresas nacionais trouxeram consigo, de um lado, modernização tecnológica que provocou desemprego e, de outro, um amplo processo de terceirização de atividades secundárias aos *core business* das empresas – como foi o caso exemplar dos setores de distribuição de eletricidade e telecomunicações.

Os impactos dessas transformações no mercado de trabalho brasileiro devem ser analisados sob dois cortes: num primeiro, devemos separar a dinâmica do mercado de trabalho das Regiões Metropolitanas da dinâmica ocorrida no interior do Brasil; num segundo corte devemos considerar que, após o início dos anos 90 o mercado de trabalho apresentou comportamentos distintos em diferentes períodos, dos quais devemos destacar as fases pré e pós Plano Real, bem como o período que antecedeu e que sucedeu a desvalorização cambial de 1999.

O período pós-devalorização cambial foi importante na medida em que eliminou a âncora cambial vigente na economia – que pelos indicadores de crescimento do PIB do período foi capaz não só de ancorar os preços da economia, mas também o seu crescimento. A partir de 1999



a política macroeconômica passou a se pautar pelo câmbio flutuante, por metas de inflação e superávites primário nas contas públicas.

A idéia básica por traz desse novo modelo foi de que caberia ao Estado, basicamente através do Banco Central e do Tesouro Nacional, garantir a estabilidade dos preços através de um sistema de metas de inflação que busca controlar as expectativas do mercado e a solvência do Estado através do controle dos gastos públicos, obtendo superávites primários e estabilizando a trajetória até então explosiva da dívida pública.

O controle básico dessas duas variáveis funcionaria como sinalizadores para os investidores privados, que passariam a acreditar na estabilidade dos preços e na solvência do Estado, passando então a investir na economia e garantir o crescimento sustentado da mesma.

Até agora esse novo sistema foi capaz de livrar o país das amarras cambiais que haviam gerado os déficits da balança comercial pós-implantação do Real. Todavia, uma trajetória de crescimento sustentável ainda não se consolidou. Os juros básicos continuam elevados, o crescimento econômico travado, o câmbio voltou a se valorizar e os custos anuais da dívida pública continuam na estratosfera, muito embora o crescimento da mesma como proporção do PIB tenha se estabilizado – e mesmo recuado – nos últimos anos.

Nesse nosso texto abordaremos somente o mercado de trabalho metropolitano, destacando os seguintes pontos: a) evolução do nível de ocupação; b) evolução do volume e da taxa de desemprego; c) formalidade e informalidade do mercado de trabalho.

## **2. Ciclos de Expansão, Estagnação e Retração na Geração de Ocupações.**

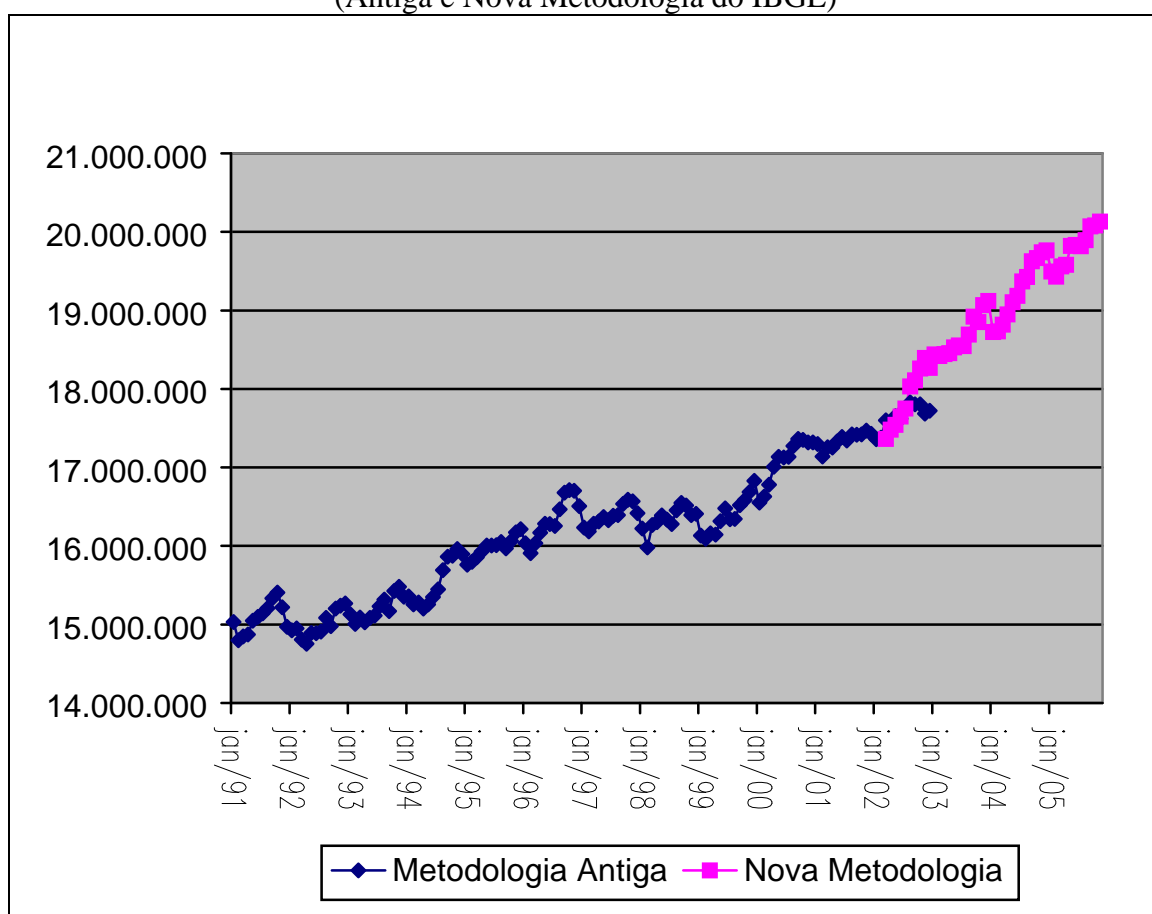
Entre janeiro de 1991 e Novembro de 2005<sup>6</sup> surgiram no Brasil Metropolitano cerca de 5,0 milhões de novos postos de trabalho. Esses dados apontam para uma média anual de geração de 340 mil novas ocupações. Porém, tal crescimento não foi homogêneo durante todo o período analisado.

Buscando compreender melhor as variações temporais no padrão de geração de ocupações nas regiões metropolitanas brasileira, após o início do período “neoliberal” na gestão do Estado brasileiro, identificamos períodos de expansão, estagnação e mesmo regressão na criação de novos postos de trabalho.

---

<sup>6</sup> A partir de janeiro de 2003 o IBGE passou a divulgar a Nova Pesquisa Mensal de Emprego das Regiões Metropolitanas brasileiras, a qual incorporou uma nova metodologia, dificultando que se faça uma comparação entre o período anterior a 2003 com o período posterior. Especificamente para 2002 o IBGE ainda divulgou os dados da pesquisa anterior e o da nova. Nesse caso estamos utilizando a metodologia antiga. Assim, a comparação dos dois períodos deve ser tomada com uma certa restrição. As principais mudanças introduzidas pela nova metodologia foram: 1) redução da idade mínima da PEA de 15 para 10 anos; 2) mudança no tempo de busca de trabalho para a definição da população desempregada, esse tempo deixou de ser de uma semana e passou a ser de 30 dias.

Gráfico 03: Brasil – Evolução da População Ocupada nas Regiões Metropolitanas  
(Antiga e Nova Metodologia do IBGE)



Fonte: IBGE, PME.

A observação do gráfico acima nos levou a identificar nesse período de 179 meses, 7 sub-períodos, sendo dois períodos de regressão, dois de estagnação e três de expansão. Viveu-se aproximadamente 44 meses (24,58% do tempo total) sob ciclos de regressão na geração de postos de trabalho. 40 meses sob ciclos de estagnação (22,35% do tempo) e 95 (53,07% do tempo) meses sob ciclos de expansão das ocupações.

Em síntese, cerca de metade do período por nós analisado foi caracterizado como ciclos de retração ou estagnação na geração de ocupações nas regiões metropolitanas brasileiras.

Tabela 01

Sub-Períodos na Geração de Ocupações nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (1991 – 2005)		
Ciclos	Período	Duração
Regressão Pós-Plano Collor	Jan/91 a Abr/92	16 meses
Estagnação Pré-Real	Mai/92 a Abr/94	24 meses
Expansão Pós-Real	Mai/94 a Out/96	30 meses
Regressão Crise Externa	Nov/96 a Fev/99	28 meses
Expansão Pós Desvalorização	Mar/99 a Set/00	19 meses
Estagnação Crise Energética	Out/00 a Jan/02	16 meses
Expansão Transição e Pós-FHC	Fev/02 a Nov/05	46 meses

Fonte: elaboração do autor.

Para a identificação de quebras de tendências no crescimento da geração de ocupações nas regiões metropolitanas brasileiras entre 1991 e 2005, foi rodada uma regressão em que a variável determinada era o número mensal de pessoas ocupadas nas Regiões Metropolitanas, no período de janeiro de 1991 a novembro de 2005, e as variáveis determinantes eram o tempo e algumas *dummies* para sub-períodos específicos.

No caso das *dummies*, procuramos avaliar não só se os parâmetros do intercepto da equação variavam em cada sub-período, mas, também e principalmente, se a inclinação da reta sofria uma alteração significativa. Caso o parâmetro da *dummy* para a inclinação da reta seja significativamente diferente do parâmetro para o período considerado como período básico, significa dizer que o ritmo de geração de postos de trabalho naqueles sub-períodos são distintos.

Em termos formais:

$$PO = f(t, D, u),$$

Onde,

$PO$  = *peçoal ocupado*;

$t$  = *tempo*;

$D$  = *dummies para sub-períodos*;

$u$  = *termo aleatório*.

A função acima foi então especificada nos seguintes termos:

$$PO = a_1 + a_2t + a_3D_1INT + a_4D_1INC + a_5D_2INT + a_6D_2INC + a_7D_3INT + a_8D_3INC + a_9D_4INT + a_{10}D_4INC + a_{11}D_5INT + a_{11}D_5INC + a_{12}D_5INT + a_{13}D_5INC$$

Sendo,

$PO$  = *Pessoal Ocupado*;

$a_1, a_2, a_n$  = *Parâmetros da Equação*;

$t$  = *tempo*;

$D$  = *Dummies para sub-períodos*

( $D_1 = \text{jan/91 a Abr/92}$ )

( $D_2 = \text{Mai/94 a Out/96}$ )

( $D_3 = \text{Nov/96 a Fev/99}$ )

( $D_4 = \text{Mar/99 a Set/00}$ )

( $D_5 = \text{Out/00 a Nov/05}$ )

$INT = \text{Intercepto};$

$INC = \text{Inclinação};$

Foi considerado como período básico da regressão maio de 1992 a abril de 1994. Em outros termos, nossa regressão procurou verificar se os ritmos de expansão das ocupações nas Regiões Metropolitanas brasileiras nos demais períodos eram significativamente diferentes do período que sucedeu à crise decorrente do Plano Collor e a fase imediatamente anterior à implantação do Plano Real.

Conforme podemos ver na tabela seguinte, os parâmetros da equação nos sub-períodos relatados são quase todos significativamente diferentes do período básico. A única diferença é com relação ao período denominado de crise energética, cujos parâmetros de intercepto e inclinação não se mostraram significativamente diferentes do período básico.

Tabela 02

Variáveis	Parâmetros da Equação		
	Coeficientes	Coeficiente Ajustado*	Stat t
Interseção	14.676.047	14.676.047	113
Tempo	17.213	17.213	3,88
Dummy Intercepto Collor	368.551	15.044.599	2,42
Dummy Inclinação Collor	(19.424,68)	(2.211)	(2,09)
Dummy Intercepto Real	(504.483,85)	14.171.563	(2,29)
Dummy Inclinação Real	15.732	32.945	2,89
Dummy Intercepto Crise Externa	2.015.106	16.691.154	6,19
Dummy Inclinação Crise Externa	(21.115,27)	(3.901)	(3,73)
Dummy Intercepto Desvalorização	(4.957.019)	9.719.027	(7,15)
Dummy Inclinação Desvalorização	47.477	64.691	6,16
Dummy Intercepto Energética	1.306.508	15.982.556	1,27**
Dummy Inclinação Energética	(6.361)	10.851	(0,69)**
Dummy Intercepto Pós FHC	(4.739.534)	9.936.513	(16,19)
Dummy Inclinação Pós-FHC	40.018	57.232	8,45

\* Coeficiente ajustado = Interseção ou Tempo mais Dummy intercepto e dummy inclinação, respectivamente. Representa a Interseção (Dummy Intercepto) e a Inclinação (Dummy Inclinação) da regressão naquele sub-período de tempo considerado.

\*\* Não significativo ao nível de 5%.

A partir da equação, identificamos um primeiro ciclo, denominado de Regressão Pós-Plano Collor, que apresentou uma tendência à perda mensal de postos de trabalho da ordem de 2.211, o que equivale a uma redução anual de cerca de 26,5 mil ocupações nas Regiões

Metropolitanas analisadas. Tal ciclo teve uma duração de 16 meses.

No período seguinte, denominado de estagnação pré-real<sup>7</sup>, o ganho mensal de ocupações foi de cerca de 17,2 mil, o que equivale a uma geração anual de aproximadamente 200 mil ocupações. Esse ciclo durou aproximadamente 24 meses. Seguindo a esse período veio a implantação do Plano Real que acelerou a criação de ocupações nas regiões metropolitanas por força da expansão da renda e da dilatação dos prazos de financiamento no comércio. Com esse novo ciclo o ritmo mensal de geração de novas ocupações praticamente dobra em relação ao período imediatamente anterior, saltando para cerca de 33 mil novos postos de trabalho por mês, equivalendo à cerca de 400 mil novas ocupações por ano. Por cerca de 30 meses a economia brasileira viveu, sob os auspícios de um plano de estabilização monetária que conseguiu debelar o processo inflacionário, um ciclo de expansão na geração de postos de trabalho.

Esse ciclo de expansão das ocupações esteve fortemente associado ao crescimento da demanda propiciada por uma melhoria da renda e do crédito aos brasileiros.

Ao período de expansão pós-Plano Real seguiu-se uma forte contração, detonada por crises de liquidez internacionais e por aumento da aversão ao risco dos credores internacionais. Como a implantação do Plano Real teve como um de seus pilares a abertura da economia com valorização cambial – que ocasionaram uma mudança do sinal da balança comercial brasileira e aumentaram expressivamente a necessidade de entrada de capitais externos não só para fechar as contas externas, mas também para sustentar o modelo – a crise externa acabou repercutindo fortemente na economia doméstica, em seu ritmo de crescimento da produção e das ocupações.

Como conseqüências a economia brasileira passou a registrar perdas mensais de postos de trabalho nas regiões metropolitanas. Essas perdas foram da ordem de aproximadamente 4 mil postos por mês. Equivalente a aproximadamente 50 mil perdas em 12 meses. Tal ciclo de regressão na geração de postos de trabalho teve duração de aproximadamente 28 meses.

Somente com a desvalorização cambial em janeiro de 1999, pondo fim ao modelo de câmbio fixo adotado até então e com a introdução do modelo de câmbio flutuante, as regiões metropolitanas do país conseguem iniciar um novo ciclo de expansão. Esse será o ciclo mais vigoroso de todo o período analisado quando o padrão de comparação é o ritmo mensal de geração de postos de trabalho. Nos 19 meses que durou o ciclo foram gerados, em termos médios mensais, cerca de 65 mil novas ocupações. Anualizando-se esses valores chega-se quase 800 mil novas ocupações em um ciclo de 12 meses.

A esse relativamente breve, mas vigoroso, ciclo de expansão dos postos de trabalho,

---

<sup>7</sup> Consideramos como períodos de estagnação econômica a todo aquele que apresentou o coeficiente da regressão positivo mas cuja média anual de geração de novos postos de trabalho fosse inferior à metade da média anual de crescimento de PEA entre 1991 e 2005, que foi de aproximadamente 440 mil pessoas.

seguiu-se um período de 16 meses de estagnação, com a geração mensal de aproximadamente 11 mil novas ocupações, cujos resultados anuais apontam para apenas 130 mil vagas em 12 meses. Associamos esse ciclo de estagnação no mercado de trabalho metropolitano à crise energética vivida pelo país nesse período e também à crise vivida pela Argentina e aos ataques do 11 de Setembro. Todos esses fatores influenciaram no ritmo de expansão da economia e, com isso, na dinâmica do mercado de trabalho metropolitano.

Com o fim das restrições imposta pela crise energética, a consolidação do modelo de câmbio flutuante e a transição política consolidada, o mercado de trabalho metropolitano brasileiro volta a entrar num expressivo ciclo de expansão. Esse novo ciclo é marcado, de um lado, por um ritmo expressivo de geração de novas ocupações – média de 57 mil por mês e cerca de 685 mil em 12 meses – e, de outro, pela sua relativa longevidade – o ciclo já caminha para completar 4 anos de existência sem demonstrar ainda sinais de esgotamento.

Esse último ciclo, considerando tanto o seu ritmo de expansão quanto a sua durabilidade, parece apontar para uma nova relação entre o crescimento da economia e seus impactos na geração de ocupações nas regiões metropolitanas. Enquanto no decorrer dos anos 90 o crescimento do PIB ocorria sempre num ritmo superior do crescimento das ocupações, na nova década a relação se inverte: o PIB cresce num ritmo inferior ao crescimento dos postos de trabalho.

Portanto, a nova década, e provavelmente o novo regime cambial, estabeleceram um novo modelo de relacionamento entre crescimento da economia e crescimento das ocupações. Enquanto na década passada poderia até se falar em crescimento sem emprego – ou sendo mais realista, crescimento com pouco emprego – nessa década a assertiva parece não verdadeira.

Entre o primeiro trimestre de 1991 e o último trimestre de 1998 – quando se encerra o regime de câmbio fixo pós Real – a economia brasileira cresceu 27,36%, ou cerca de 0,78% ao trimestre e o mercado de trabalho metropolitano se expandiu a uma taxa de 0,32% por trimestre ou 10,40 % acumulado em todo período. Portanto, para cada ponto percentual de crescimento da economia brasileira as ocupações metropolitanas se expandiam em apenas 0,4 pontos.

No período que se seguiu à desvalorização a relação passou a ser favorável ao mercado de trabalho. O crescimento acumulado do PIB trimestral, do último trimestre de 1998 ao terceiro trimestre de 2005, foi de aproximadamente 17,30% com média trimestral de 0,59%. Por outro lado, o mercado de trabalho teve um aumento acumulado de 21,23%, com taxa trimestral de 0,72%. Com isso, nesse período pós-desvalorização, para cada ponto percentual de crescimento no PIB trimestral verificou-se 1,22 pontos percentuais no crescimento das ocupações metropolitanas.

Embora parte dessa mudança dos parâmetros da relação entre crescimento e criação de postos de trabalho possa ser associada a fatores macroeconômicos – como o regime cambial – ela também pode ser relacionada a fatores estruturais. Isso porque, na nossa hipótese, ocorreu também, nesses dois períodos, uma mudança entre a natureza do investimento realizado pelas empresas, o crescimento econômico e a geração de ocupações. Ao longo dos anos 90 os investimentos realizados pelas empresas foram de natureza fundamentalmente reestruturadores, ou sejam, eram investimentos que procuravam aumentar a produção mediante a substituição da força de trabalho. Assim, ocorreu um intenso processo de reestruturação produtiva – e também gerencial – que teve um impacto negativo sobre os parâmetros da relação crescimento-emprego.

Após os anos 90, apesar dos investimentos continuarem tendo um sentido inovador em muitos casos, seus impactos sobre o corte de postos de trabalho foram mais reduzidos. Em outros termos, acreditamos que grande parte do processo de modernização do parque produtivo ocorreu no decorrer dos anos 90 e que, com isso, naquele período, tínhamos uma relação crescimento/geração de postos de trabalho bastante baixa. Passada essa fase, os novos investimentos produtivos realizados pelas empresas são feitos agora não no sentido de substituir trabalho por tecnologia. Mas são investimentos que buscam aumentar a produção sem a substituição de mão-de-obra.

É certo, porém, que agora os parâmetros de crescimento/emprego possam não ser os mesmo do período que antecedeu à década de 90. Isso porque agora os investimentos possuem um conteúdo tecnológico superior ao daquele período. Todavia, defendemos que os parâmetros são superiores aos dos anos 90, porque naquele momento os investimentos eram reestruturadores, estava ocorrendo modernização das empresas e a produção estava crescendo com grande parte da mão-de-obra sendo substituída pelo capital constante. Passado esse processo onde o “grosso” do processo de reestruturação já ocorreu<sup>8</sup>, os novos investimentos indutores do crescimento estão não mais substituindo trabalhadores que estavam no processo – como ocorria fundamentalmente no período anterior – mas gerando novas ocupações.

Não estamos querendo dizer, com isso, que todo o investimento feito no decorrer dos anos 90 era destinado à substituição de trabalhadores, mas podemos dizer que uma parcela expressivas do mesmo poderiam ser assim classificada; da mesma forma nem todo investimento atual é para expandir os empregos e não para substituí-lo, mas que o peso de investimentos geradores de novos postos de trabalho é superior ao do período anterior.

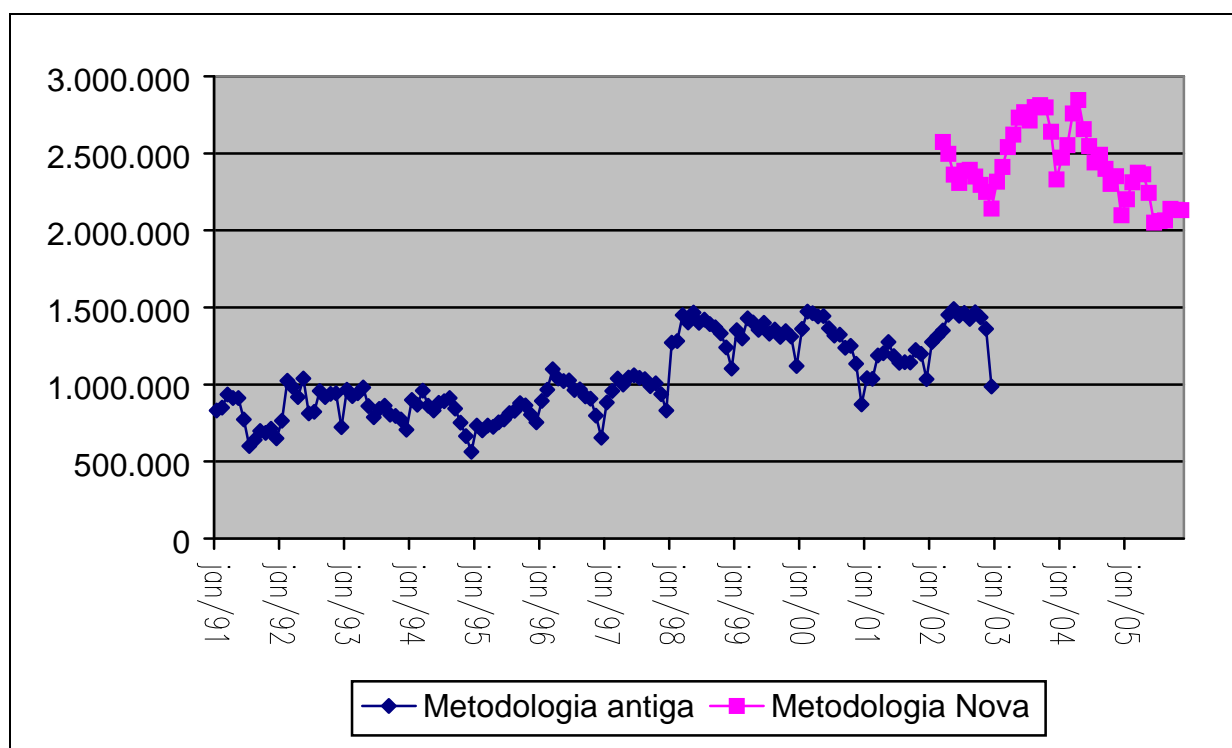
---

<sup>8</sup> Esse é o caso, por exemplo, das reestruturações vividas pelos setores de telecomunicações, bancário, de energia elétrica e siderúrgico.

### 3 A Evolução da População Desempregada

O mercado de trabalho metropolitano brasileiro, pós-início dos anos 90, pode ser subdividido em três fases bem distintas, tanto quando se leva em consideração o tamanho da população desempregada quanto utilizando a taxa de desemprego.

Gráfico 04: Brasil – População Desempregada nas Regiões Metropolitanas



Fonte: IBGE, PME.

Conforme podemos ver no gráfico acima, podemos detectar três períodos bastante distintos na evolução no número de desempregados. O primeiro período vai de janeiro de 1991 até dezembro de 1997. Durante esse ciclo a média mensal da população desempregada era de aproximadamente 865 mil pessoas, com picos na casa de 1,1 milhão e vales na casa dos 600 mil desempregados. No período seguinte, que vai de janeiro de 1998 a dezembro de 2002, utilizando a antiga metodologia, a taxa de desemprego no país salta de patamar, passando para uma média mensal da ordem de 1,3 milhão de pessoas, os picos mensais nesse novo ciclo beiram ao milhão e meio de desempregados e os vales caem abaixo de 1 milhão mensal de desempregados apenas no mês de dezembro dos anos de 2000 e 2002.

Com a introdução da nova metodologia da PME o número de desempregados aumentou –

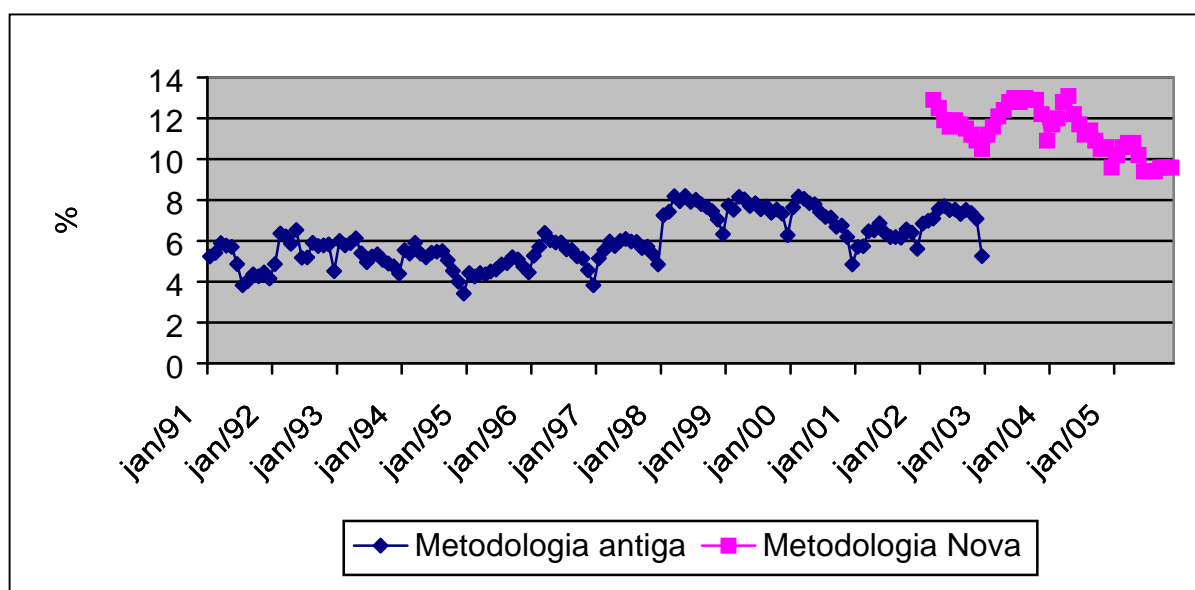


fruto da redução da idade mínima da PEA de 15 para 10 anos e da extensão do período de procura de emprego de uma semana para 30 dias – saltando para uma média mensal de 2,4 milhões. Esse novo número não pode ser comparado com a metodologia antiga, os conceitos são expressivamente diferentes e os valores mudaram de forma significativa. O que se deve apreender dos números da nova metodologia é que o número de desempregados aumentou significativamente com a crise econômica de 2003, mas caiu de forma robusta com o crescimento econômico de 2004. Em 2005, dado o crescimento baixo da economia (talvez fique em menos de 3%), o desemprego não se expandiu, mas também não continuou sua trajetória de queda apresentada em 2004. Em fins de 2005 o nível de desemprego nas regiões metropolitanas era equivalente aos números do final de 2004. Todavia, é importante considerar que a média mensal de desempregados em 2005 é inferior à média de 2002, apontando para um declínio do contingente num cenário temporal de médio prazo.

Quando verificamos o gráfico da taxa de desemprego, essa periodização apresentada acima se confirma, ou seja, entre 1998 e 2002 a taxa de desemprego se deteriorou, adotando uma tendência inversa após 2002 – quando se leva em consideração a Nova PME. No período pós 2002, porém, a taxa cresce em 2003 acompanhando a crise da economia, mas cai de forma consistente em 2004 e se mantém num patamar estável em 2005 quando comparada com o final de 2004.

A conclusão que chegamos a esse respeito é que, a partir de 2003 o volume e a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas, acompanhando a tendência da economia de gerar mais postos de trabalho, apresentou uma tendência declinante. Todavia, o volume e taxa de desemprego ainda estão em patamares bastante elevados. Além disso, a queda da taxa ocorreu sobretudo em 2004, permanecendo praticamente estagnada em 2005. Isso aponta para a necessidade da economia brasileira apresentar taxas de crescimento superiores a 3% para que ocorra uma redução do desemprego. Caso o crescimento fique em 3% ou abaixo disso, a economia até é capaz de gerar novas ocupações, mas estas só são suficientes para dar conta das novas entradas no mercado de trabalho, não sendo suficiente para atender a essa nova demanda e reduzir, ao mesmo tempo, o estoque de desempregados.

Gráfico 05: Brasil – Taxa de Desemprego nas Regiões Metropolitanas



Fonte: IBGE, PME.

#### 4. Evolução dos Empregos Formais

As Regiões metropolitanas brasileiras iniciam os anos 90 com aproximadamente 8,25 milhões de empregados com carteira assinada. Ao final da década, por volta do primeiro semestre de 1999, esse contingente tinha se reduzido em cerca de um milhão de pessoas. As perdas se concentraram em dois períodos: o primeiro foi em fins de 1991 e durou até o primeiro semestre de 1992. O segundo momento inicia-se no segundo semestre de 1995 e prossegue até o início de 1999, coincidindo basicamente com o período em que também o ritmo de expansão do emprego sofreu uma regressão e as taxas de desemprego aumentaram.

Podemos atribuir essa crise dos empregos formais nos principais espaços metropolitanos brasileiros a uma reestruturação expressiva dos seus setores industriais, os quais passaram a perder importância na geração de postos de trabalho para os setores de serviços e comércio – onde, como é sabido, a incidência da informalidade é maior. A reestruturação produtiva das empresas industriais quer com a modernização quer com a terceirização de parte de seus serviços, certamente que se constituíram na razão principal dessa queda do emprego formal metropolitano. Além disso, parte das empresas industriais que operavam nessas regiões se transferiu para o interior do país, em busca de incentivos fiscais e mão-de-obra ainda mais barata, como forma de enfrentar a entrada de produtos vindos de mercados externos. Assim, as imposições de uma transformação produtiva modernizadora e racionalizadora e a necessidade de redução de custos para enfrentar a concorrência dos importados, levaram o setor industrial das regiões metropolitanas a reduzir seu contingente de trabalhadores formais.

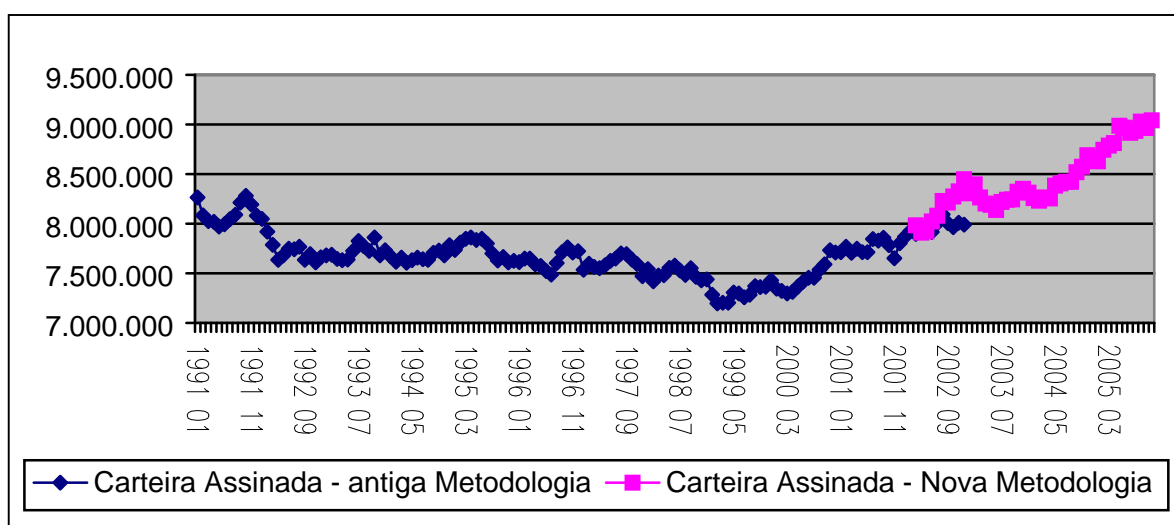
A partir da viragem cambial os postos de trabalho formais voltam a se expandir, ganhando então, desde meados de 1999 até fins de 2005, cerca de 2,8 milhões de novos trabalhadores com carteira assinada.

Embora em termos absoluto os ganhos de novos postos de trabalho tenham sido maiores do que as perdas registradas nos anos 90, em termos de taxas a recuperação foi suficiente apenas para conter a queda da taxa de formalização do mercado de trabalho. No início dos anos 90 cerca de 55% dos ocupados metropolitanos possuíam carteira assinada. Em abril de 1999, o fundo do poço da formalidade, a taxa recuou para 43%. De lá para cá a taxa tem oscilado, com seu maior indicador atingindo cerca de 46% e o menor em 43,4%.

Podemos dizer, portanto, que do ponto de vista do volume de novas ocupações no mercado de trabalho das principais regiões metropolitanas brasileiras, o período pós-1999 tem sido promissor, na medida em que gerou quase três milhões de novas ocupações com carteira assinada. Todavia, apesar desse bom desempenho quando comparado com a década de 90 – cujas perdas de carteira assinada ultrapassaram a casa de um milhão – a taxa de formalidade apenas parou de cair. O patamar no qual se estacionou o percentual de ocupações com carteira assinada é cerca de 10 pontos percentuais abaixo do que era no início dos anos 90.

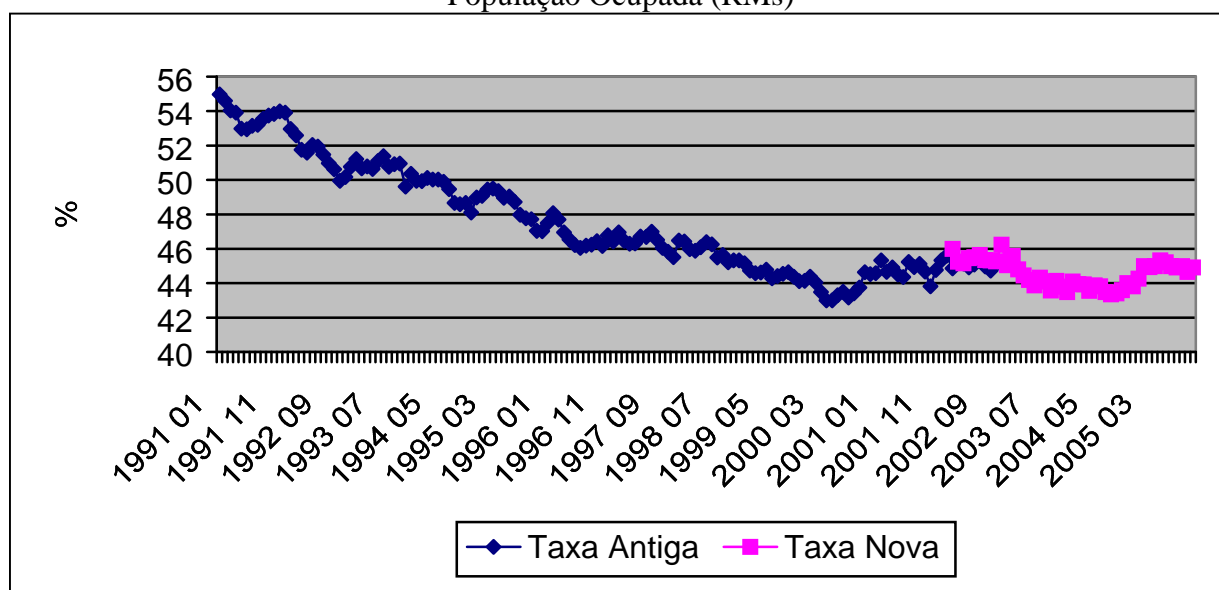
Recuperar a taxa de formalização do mercado de trabalho certamente é uma condição extremamente necessária para o estabelecimento de um mercado de trabalho mais favorável aos trabalhadores. É fundamental, também, para a questão da previdência social, cuja arrecadação certamente melhoraria expressivamente se fosse aumentada a base de contribuintes.

Gráfico 06: Evolução do Emprego com Carteira Assinada nas RMs



Fonte: IBGE, PME.

Gráfico 07: Brasil – Proporção de Ocupados Com Carteira Assinada no Total da População Ocupada (RMs)



Fonte: IBGE, PME.

## 5. Índice de Precariedade do Mercado de Trabalho

Nessa parte do trabalho procuramos construir um indicador sintético do mercado de trabalho metropolitano a partir das variáveis que nós abordamos até agora no nosso trabalho. Esse indicador buscará sintetizar a evolução do mercado de trabalho nessas regiões e dar conta de diferentes momentos vividos pelo mesmo, tentando também identificar o “grau” de mudança verificado pós-1999.

### 5.1 Metodologia do índice Ajustado de Precariedade do Mercado de Trabalho

A construção de Índice Sintético de Precariedade do Mercado de Trabalho das Regiões Metropolitanas Brasileiras, entre 1991 e 2005, exige a compatibilização de problemas de duas naturezas: em primeiro lugar é preciso construir um indicador quer seja de fácil entendimento mas que também dê conta das múltiplas – embora não de todas – as dimensões do mercado de trabalho. Em segundo lugar deve dar conta da mudança metodológica ocorrida na Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE a partir de 2002.

Procurando construir um índice de fácil entendimento optamos por um modelo do tipo utilizado no cálculo do índice de desenvolvimento humano. Assim, nosso índice também varia

de 0 (zero) a 1 (um), com zero representando a situação mais precária e 1 (um) a situação de menor precariedade.

Para a confecção do índice escolhemos três dimensões do mercado de trabalho: 1) ritmo de geração de novas ocupações, buscando apreender o ritmo de expansão do mercado de trabalho e sua capacidade de absorver novos trabalhadores. O indicador utilizado para medir essa dimensão foi o número de novas ocupações mensais nas Regiões Metropolitanas. Quanto maior o valor do indicador melhor seu posicionamento no índice; 2) desemprego. Nesse caso utilizamos duas variáveis: população desempregada e taxa de desemprego. O índice do desemprego foi obtido pela média simples entre o índice da população desempregada e o índice da taxa de desemprego. Para ambos os indicadores quanto maior o seu valor pior a situação; 3) formalização do mercado de trabalho. A variável utilizada para captar esse indicador foi o percentual de pessoas ocupadas com carteira assinada frente ao total das pessoas ocupadas. Nesse caso quanto maior o valor da variável, melhor a situação do mercado de trabalho.

O índice final foi construído a partir da média simples dos três sub-índices acima. Porém, para atenuar a volatilidade do Índice de Precariedade em sua base mensal, apresentamos o mesmo como uma média móvel de seis meses, como uma forma de captar situações relativamente estáveis e não somente as idiossincrasias mensais.

Em termos formais temos:

$$IMP = (IMPPPO + IMPPD + IMPF) / 3$$

Sendo:

*IMP = Índice Mensal de Precariedade;*

*IMPPPO = Índice Mensal de Precariedade População Ocupada;*

*IMPPD = Índice Mensal de Precariedade População Desocupada;*

*IMPF = Índice Mensal de Precariedade da Formalização.*

A construção de cada índice por sua vez, foi feita da seguinte forma:

$$IMPPPO = [1 - ((MaVm - VMc) / (MaVm - MnVm))],$$

Onde:

*MaVm = Maior Valor Mensal da Série;*

*VMc = Valor do Indicador no Mês Corrente;*

*MnVm = Menor Valor Mensal da Série.*

Como estamos considerando que nosso índice deve melhorar quando o indicador sobe, devemos fazer o inverso da fórmula original, por isso o numeral 1 (um) antes da fórmula tradicional.

$$IMPD = (IMPoD + IMTD) / 2$$

Com,

IMPoD = Índice Mensal da População Desocupada – cujo indicador foi o total mensal de pessoas desempregadas;

$$\text{IMPoD} = ((MaVm - VMc) / (MaVm - MnVm));$$

IMTD = Índice Mensal da Taxa de Desemprego – sendo o indicador básico a taxa mensal de desemprego.

$$\text{IMTD} = ((MaVm - VMc) / (MaVm - MnVm));$$

$$\text{IMPF} = [1 - ((MaVm - VMc) / (MaVm - MnVm))],$$

Nesse último caso o indicador básico foi e proporção de pessoas com carteira assinada no total de pessoas ocupadas. Em função das mesmas razões do indicador da população ocupada utilizamos o inverso da expressão tradicional.

O índice final, porém, conforme anotamos anteriormente, foi construído através de uma média móvel de seis meses do IMP.

A compatibilização das diferentes metodologias utilizadas na PME no decorrer do período, conforme já indicado, nos forçou a construir uma metodologia que pudesse ser utilizada para o encadeamento da série. Para a construção desse encadeamento aproveitamos o fato de que no decorrer do ano de 2002 a PME foi feita utilizando as duas metodologias. Para ajustar os dados da segunda metodologia aos parâmetros da primeira, nós calculamos primeiro o índice dos meses de 2002 com a metodologia antiga e com a nova. Depois nós dividimos cada índice mensal da metodologia velha pelo respectivo índice da metodologia nova e extraímos uma média do período. Essa média da razão entre o índice da metodologia antiga frente à nova metodologia no decorrer do ano de 2002, serviu para ajustar todos os dados da série nova.

Para fazer esse ajustamento nós multiplicamos cada índice mensal da nova metodologia pela média da razão entre o índice antigo e o novo. Essa razão, por sua vez, foi calculada no período em que as duas pesquisas estavam em campo simultaneamente.

## 5.2 Os Resultados

Apresentamos a seguir dois gráficos, o primeiro mostra a evolução do índice de precariedade decorrente das duas metodologias e o segundo faz um ajustamento da metodologia mais nova, de modo a encadeá-la com a metodologia antiga. O resultado apresentado no segundo gráfico demonstra de forma mais nítida o que já vínhamos sugerindo anteriormente e que está

expresso no subtítulo do nosso trabalho: de fato após o fim dos anos 90 a dinâmica de crescente precarização do mercado de trabalho metropolitano sofre uma mudança em sua trajetória. De uma trajetória de crescente precarização, marcada por uma dinâmica de baixo crescimento das ocupações com ciclos de estagnação e mesmo regressão na geração de novas ocupações, com taxas de desemprego e população desempregada passando no final da década para um patamar expressivamente superior ao do início da década e com a população com carteira assinada sofrendo uma redução em termos absoluto e também relativo, passou-se para um período onde o crescimento das ocupações se mostrou mais vigoroso e menos volátil, com crescimento do número de ocupações com carteira assinada e leve recuperação e posterior estabilização da taxa de precariedade.

Assim, sem sombra de dúvidas a dinâmica do mercado de trabalho metropolitano brasileiro na presente década é melhor do que o da década anterior, todavia ainda resta um enorme passivo, sobretudo em termos de formalização do mercado de trabalho e estoque de desempregado, a ser resgatado. A experiência recente tem demonstrado que até é possível um caminhar para patamares melhores do que o que atualmente estamos, todavia uma condição necessária para essa mudança de patamar é que a economia brasileira apresente taxas de crescimento em patamares muito superiores ao do período pós-estabilização da moeda. Os dados parecem apontar para o fato de que qualquer crescimento que chegue somente a três por cento ao ano é insuficiente para que o mercado resgate as perdas impostas aos trabalhadores ao longo dos anos 90.

Baixo crescimento, nos padrões atuais de comportamento do mercado de trabalho, embora não pareçam estar associados a degradação mais acentuada desse mercado, não são capazes de recompor os patamares vigentes antes do ciclo de reestruturação dos anos 90. Crescer a três por cento ao ano pode até não aumentar o desemprego, mas não reduz. A necessidade de maiores taxas de crescimento parece estar associada hoje muito mais ao ritmo de redução do desemprego do que a formalização. Em outros termos, crescer mais é importante, sobretudo para reduzir o volume e as taxas de desemprego.

Somente com crescimento da economia em patamares iguais ou superiores a 5% ao ano é possível se pensar na recomposição das perdas incorridas pelos trabalhadores. Resta saber se o modelo de gestão macroeconômica vigente atualmente no país é capaz de propiciar essas taxas por um tempo longo o suficiente para mudar de modo expressivo os indicadores do mercado de trabalho metropolitano brasileiro. É certo que a média do índice de precariedade em 2005 foi melhor do que em 2004, mas devemos lembrar que 2004 recebeu uma situação crítica do ano de 2003. Além disso, em fins de 2005 o ritmo de recuperação estava dando sinais de esgotamento,

respondendo ao fraco desempenho da economia no segundo semestre do ano. Reforça-se com isso, mais uma vez, a necessidade de crescimento sustentado e acelerado para recompor e alcançar padrões melhores no mercado de trabalho.

Gráfico 08: Média Móvel (6 Meses) do Índice Mensal de Precariedade do Mercado de Trabalho Metropolitano

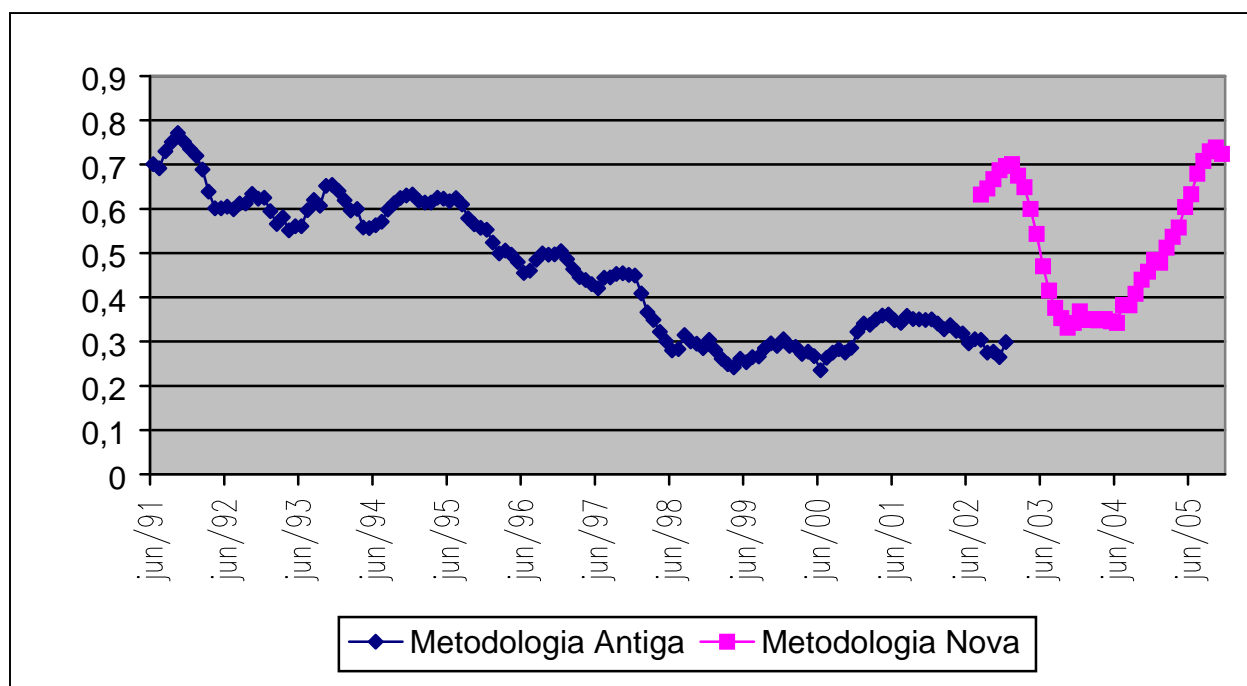
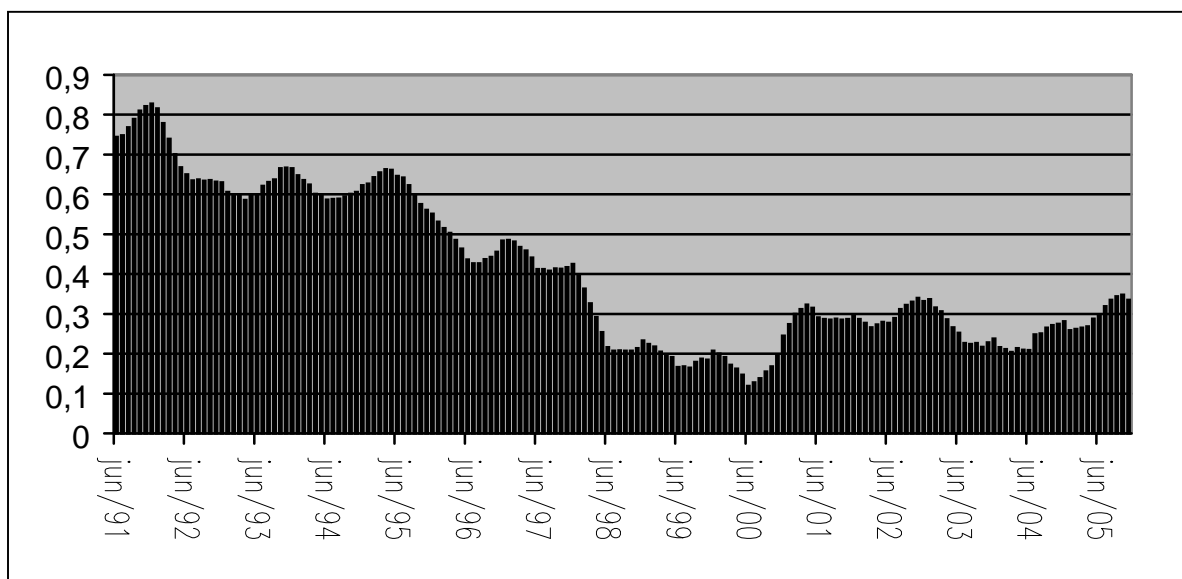


Gráfico 09: Média Móvel (6 Meses) do Índice Mensal Ajustado de Precariedade Do Mercado de Trabalho Metropolitano





## Considerações Finais

Procuramos demonstrar ao longo do presente texto que nos anos 90 o mercado de trabalho metropolitano sofreu uma progressiva precarização, marcada pelo baixo ritmo de expansão das ocupações, pela queda absoluta e relativa nos empregos com carteira assinada e com aumento da população desempregada e da taxa de desemprego.

A reestruturação produtiva vivida pela economia, com abertura comercial e amplo processo de modernização tecnológica e gerencial, passando por um período de sobrevalorização cambial e pelo deslocamento das firmas industriais das grandes cidades para o interior do país, podem ser apontados como elementos decisivos dessa crescente precarização. Aliados a isso tivemos um crescimento medíocre e instável da economia. Assim, com a economia crescendo pouco e sujeita aos humores dos mercados financeiros internacionais, tendo que enfrentar uma reestruturação tecnológica e gerencial e vendo as firmas em que trabalhavam migrando para o interior em busca de menores custos e maiores benefícios fiscais, os trabalhadores das principais regiões metropolitanas brasileira enfrentaram um difícil período ao longo dos anos 90.

Com a desvalorização cambial no final da década e a entrada do novo regime macroeconômico, conforme já sinalizado por vários trabalhos, o mercado de trabalho brasileiro passou por uma melhora, com o ritmo de expansão das ocupações se acelerando e tornando-se menos instável. Além disso, a elasticidade ocupações-renda aumentou, ou seja, nesse novo momento para cada ponto percentual de crescimento do PIB o crescimento das ocupações foi maior do que na década de 90. Em complementação a esse cenário as ocupações com carteira assinada reverteram sua trajetória de queda e passa a crescer o número de trabalhadores com registro do emprego.

O resultado é que o índice mensal de precariedade do mercado de trabalho metropolitano – que construímos a partir de indicadores de crescimento das ocupações, população desempregada e taxa de desemprego e nível de formalidade do mercado de trabalho – muda a direção de sua linha tendencial. A partir de então o mercado de trabalho deixa de apresentar uma tendência de crescente precariedade, melhora um pouco quando comparado com o final dos anos 90 e depois se estabiliza.

Essa melhoria do indicador sintético de precariedade do mercado de trabalho metropolitano confirma que de fato a situação desse mercado na presente década é melhor do que na década passada, mas aponta para o fato de que essa melhora foi pequena, está estagnada e que talvez o principal ganho tenha sido o fato de que o mercado deixou de apresentar uma precarização crescente. Todavia, alertamos para o fato de que o atual ritmo de crescimento da

economia, ainda baixo e volátil, não parece suficiente para uma redução mais robusta do nível da precariedade do mercado de trabalho brasileiro.

## Referências Bibliográficas

- Banco Central do Brasil.** Relatório de Inflação. Setembro de 2005. (Disponível em: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)).
- BELLUZZO, L. G. & ALMEIDA J. G de. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização.** São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- IBGE.** Pesquisa Mensal de Emprego. (Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).
- IPEA.** Boletim do Mercado de Trabalho. Nº 26, fevereiro 2005. (disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)).
- IPEA.** Boletim do Mercado de Trabalho. Nº 28, setembro 2005. (disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)).
- MONTAGNER, Paula. **O mercado de trabalho no Brasil após a crise financeira dos anos 1990.** Brasília: IPEA, 2003. Seminário Internacional Brasil-Coréia: uma agenda para o desenvolvimento. (Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)).
- RAMOS, L. & BRITTO, M.. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais.** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para discussão 1011).
- RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001.** Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão 914).
- SABOIA, João. Venturas e desventuras do mercado de trabalho no Brasil. *IN*: CASTRO, A. C., LICHIA, A., Pinto Jr., H. Q., & SABOIA, J. **Brasil em desenvolvimento, v2: instituições, políticas e sociedade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SALM, Cláudio. **Crescimento sustentado e política de emprego.** Rio de Janeiro: XVI Fórum Nacional, 2004. (Disponível em: [www.forumnacional.org.br](http://www.forumnacional.org.br)).
- SOARES, S; SERVO, L. M. S. & ARBACHE, J. S.. **O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão 843).